

Trabalho, emprego e renda para a população LGBTI+: fortalecendo a rede científica de garantia de direitos

Bruna Andrade Irineu¹
Jaqueline Gomes de Jesus²
Luanna Tomaz de Souza³
Djonatan Kaic Ribeiro de Souza⁴

Desde a posse da gestão 2021-2023 da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH, foram muitos os desafios, principalmente diante da pandemia da COVID-19 (ANDRADE IRINEU; GOMES DE JESUS, 2023. GOMES DE JESUS, 2023). Mesmo ante a temores, foi reconhecida a necessidade de realização, em formato presencial, do *XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero - CINABETH*, em 2023. A fim de manter o protagonismo do CINABETH como espaço privilegiado para formulação das políticas públicas

¹ Assistente Social, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Doutora e Pós-Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq. Professora Associada do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília - UnB, e Pós-Doutora em Ciências Sociais e História pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz (PPGBIOS/Fiocruz) e em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ProfHistória/UFRRJ).

³ Pós-Doutora em Direito (PUC-RIO). Doutora em Direito (Universidade de Coimbra). Advogada. Professora da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/ UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGDDA/UFPA).

⁴ Assistente Social, Mestre e Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO/UnB).

brasileiras baseadas em evidências e fundamentadas no compromisso social, ante ao governo federal de então, que destituiu todos os conselhos de direitos humanos no país em julho de 2019, foi fortalecido o compromisso com a indissociabilidade entre produção acadêmica e artístico-cultural, e escolhido o tema do evento: “Ciência e Arte do Encontro: O Rio de Braços Abertos”, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro. Em uma primeira avaliação, ainda durante o governo Bolsonaro, em negociação para recebimento de fomento público, questionou-se a capacidade de um evento de caráter acadêmico para efetivamente enfrentar a problemática, na perspectiva das políticas públicas, ao que se demonstrou a necessidade de debates de âmbito científico e de cunho artístico-cultural, orientados por pesquisas com compromisso e diálogo com a sociedade civil organizada, para o subsídio de ações públicas com impacto efetivo e eficaz a médio e longo prazos.

Esse foi o primeiro congresso com o nome da Associação atualizado, incluindo o termo “Trans-Homocultura”, após longas discussões em grupos de trabalhos, em decorrência do amadurecimento no campo de pesquisa no Brasil, não se restringindo a questões relativas às orientações e aos comportamentos sexuais, e a fim de atualizar a terminologia a fim de explicitar que a dimensão da identidade de gênero é central para a compreensão da diversidade sexual e de gênero. O CINABETH aconteceu com apoio da emenda parlamentar do falecido deputado David Miranda a qual, para além de subsidiar a logística e a infraestrutura, também permitiu a ampliação de ações afirmativas em níveis quantitativos e qualitativos, a saber: formação presencial dos monitores em organização e monitoria de eventos, treinamento e aumento do acesso ao evento por meio de isenções de inscrições a centenas de pessoas interessadas (GOMES DE JESUS et al., 2024).

O tema da empregabilidade, trabalho, renda da população LGBTQIA+ e do enfrentamento à violência LGBTIfóbica foi colocado como primordial, durante as negociações com o Governo Federal, desde 2021, para financiamento do congresso. No decorrer do evento o tema ganhou relevância com o Simpósio Temático 6

"Empregabilidade lgbtqia+: o direito humano ao trabalho e a renda", coordenado pelos professores João Daniel Resque, Saulo Matos e Davi Almeida e o Simpósio Temático 26 "Sentidos do trabalho e políticas de empregabilidade para pessoas LGBTQIAPN+", coordenado pelos professores Bruna Andrade Irineu e Guilherme de Almeida. Os simpósios revelaram a pertinência e atualidade do tema e o amplo conjunto de pesquisas hoje realizadas, e alguns desses trabalhos foram convidados a compor esse Dossiê.

A inserção na divisão sociotécnica do trabalho, a atividade laborativa e a possibilidade de geração de renda (ALMEIDA; PILAR; GEBRATH, 2014) tornam-se determinantes para o enfrentamento das assimetrias sociais que marcam a experiência LGBTI+. Apontamos a relevância epistêmica de estudos que aproximem o tema da diversidade sexual e de gênero ao campo do Trabalho, Renda e Economia. A chamada “sociologia do trabalho” e suas contribuições para leitura do mundo do trabalho, possuem vasta trajetória com os estudos sobre divisão sexual do trabalho, mulheres e trabalho, produção e reprodução social. É nesse sentido que categorias sociais como gênero e sexualidade que também conformam e delineiam a divisão social, técnica, racial, sexual e generificada do trabalho, são necessárias para aprofundamento da analítica do mundo e sentido do trabalho na sociedade capitalista. Nesse sentido, o tema da empregabilidade, trabalho e renda LGBTQIA+ em perspectiva queer e interseccional, atina para compreensão que corpos, gêneros e sexualidades inteligíveis, são uma exigência da divisão sócio-racial-sexual do trabalho na sociedade capitalista, e que a alienação do trabalho na sociedade capitalista, emerge de forma distinta, principalmente quando o assunto é gênero, sexualidade e raça, aprofundando desigualdades, diferenças e hierarquias.

Ainda, é válido destacar, que a estruturação do mundo do trabalho no Brasil, é marcado pelo escravismo, colonialismo e dependência econômica e política, que precariza as condições de trabalho. E sobre essas condições macroeconômicas que a desestruturação do mundo do trabalho, oriundo da emergência do neoliberalismo, assola

ainda mais as condições de vida, precarizando condições de acesso ao trabalho e a proteção social.

Portanto, para além de pensar em inclusão ou exclusão no mercado de trabalho, é fundamental a reflexão sobre a estruturação e os sentidos do trabalho numa sociedade capitalista com as características socioculturais como o Brasil. As categorias gênero e sexualidade, devem contribuir para potencializar a crítica ao trabalho na sociedade capitalista, que por sua vez, estão sedimentados pelos traços cismáticos que conformam a alienação e das regulações normativas necessárias à reprodução dessa sociedade desigual.

Por não se moldarem à cisheteronorma, a população LGBTI+ tem a vida marcada pela abjeção e negativa de direitos, em diversas dimensões públicas e privadas. A negação do direito de possuir e de exercer uma atividade laboral digna trata-se de grave violação de direito humano à igualdade entre as pessoas, que produz violência contra à vida e à integridade física da população LGBTI+, principalmente pessoas travestis e transexuais. Assim sendo, os obstáculos que dificultam o ingresso dessas pessoas ao trabalho formal se constituem como formas de violência, não apenas simbólica, mas também material, que, ao mesmo tempo, em que prejudicam a formação das suas subjetividades, apresentam impactos concretos em termos de privação de bens considerados essenciais à vida digna, colaborando para o acirramento da vulnerabilidade socioeconômica dessa população, expondo-as a situações de pobreza, insegurança alimentar, violência, morte, entre outras injustiças.

Cabe salientar que no Brasil, desde o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (2004), nota-se que às políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda fizeram (e fazem) parte da preocupação da sociedade civil e do poder público, tema que vem ganhando maior destaque nos últimos 10 anos (IRINEU; OLIVEIRA, 2020). Porém, mesmo com experiências importantes e inovadoras, como o TransCidadania em São Paulo, que foi pioneira no país, as ações encontram dificuldades de efetivação. Em geral, os documentos oficiais replicam esses três eixos: a) combate a LGBTIfobia nos

ambientes de trabalho; b) qualificação profissional dos grupos discriminados e c) criação de benefícios ou prêmios para empresas que contratam pessoas LGBTI+ (MELLO et. al., 2013). Ao mesmo tempo, especialmente no contexto da pandemia, pode ser visto o crescimento de ações promovidas por grandes corporações, *startups*, entre outros, geralmente em parceria com redes de ativismo.

Com os convites às pessoas que participaram do evento, montamos esse Dossiê que une pesquisas do Norte ao Sul do País, pessoas cis e trans, e aborda diferentes questões relativas ao trabalho da população LGBTI+ no Brasil mostrando as potencialidades do tema e possibilidades de desenvolvimento. Vejamos:

O artigo, *Empregabilidade LGBTQIA+ - problematizações sobre iniciativas de in/exclusão no mercado de trabalho* de Ana Paula Speck Feijó e Paula Regina Costa Ribeiro problematizar a in/exclusão da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho formal. Por meio de entrevistas e reportagens de um estudo de caso em uma empresa multinacional do agronegócio situada no extremo sul gaúcho. Utilizando o conceito de Problematização em Michel Foucault, o estudo nos mostra que, embora as iniciativas de inclusão de gênero e sexualidade, sejam cada vez mais frequentes entre as/os/es empregadoras/es, as vagas ainda são pensadas e idealizadas numa perspectiva cisheteronormativa, o que, de alguma forma, acaba limitando a inserção de sujeitas/os/es que fogem desse padrão normativo.

Em *Um mapa do percurso analítico bibliométrico: o trabalho de venezuelanos LGBTQIAP+ no Brasil*, Alessandro Felippe e Cristóvão Domingos de Almeida apontam que a manutenção da (não) precarização da vida é feita por meio de políticas públicas, pelo Estado e pelo neoliberalismo no tecido social e cultural, sobretudo acerca de corpos de migrantes venezuelanos LGBTQIAP+. Para os autores, ocupar um posto de trabalho é compreendido como uma possibilidade cidadã no território brasileiro. Para tanto, o texto busca elaborar um mapa sobre onde e como migrantes venezuelanos LGBTQIAP+ trabalham no Brasil; a investigação possui abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e descritivos acerca do fenômeno do fluxo migratório. Os dados

encontrados são categorizados criticamente à luz do conceito de neoliberalismo como meio de compreender a singularidade da triangulação entre a tendência global de migração, em especial a migração venezuelana para o território brasileiro, as especificidades LGBTQIAP+ e a categoria trabalho. Os resultados indicam a ausência de pesquisas sobre o fenômeno, desvelando a urgência na consolidação de uma agenda pública, coletiva e internacional sobre a empregabilidade LGBTQIAP+ no Brasil.

Em *Análise das percepções de lojistas e comerciantes de Mato Grosso acerca da (não) contratação de pessoas trans*, de autoria de Kamila Michiko Teischmann e Bruna Andrade Irineu, da Universidade Federal de Mato Grosso, analisa-se o cenário atual (2021-2023) da empregabilidade de pessoas trans em Mato Grosso, através da perspectiva apresentada pelos/as empregadores/as: comerciantes e lojistas, que colaboraram com a pesquisa. A partir das percepções de 30 empregadores/as coletadas através de questionário contendo 15 perguntas (abertas e fechadas), observa-se a reduzida inserção de pessoas trans em postos de trabalho formais, tanto pela violência perpetrada na desproteção social – o que incorre na falta de qualificação profissional especializada - quanto pela dimensão interpessoal da transfobia - que fundamenta perspectivas incapazes de reconhecer positivamente a inserção de corpos diversos no ambiente de trabalho. Esses resultados apontam para urgência na implementação de políticas públicas de inserção e permanência das pessoas trans no ambiente acadêmico, cotas trans em programas de qualificação técnico-profissional e a criação de programas de incentivo à contratação de pessoas mediante a políticas de concessão de benefícios fiscais.

O artigo *A falta de trabalho e renda da população transexual e travesti como danos sociais: reflexões sobre a omissão e a responsabilidade do Estado*, de Davi Almeida, Luanna Tomaz e Camila Lourinho, da Universidade Federal do Pará, propõe discutir como a falta de trabalho e renda para pessoas travestis e transexuais se configura como um dano social tolerado e produzido pelo Estado. Utilizando um método de abordagem dedutivo e uma técnica de pesquisa exploratória, o objetivo é

iniciar um debate sobre a temática por meio de levantamento bibliográfico e documental. Articulam as noções de gênero e cisgeneridade, dano social e direitos trabalhistas, buscando novas dimensões para a discussão sobre a falta de acesso ao trabalho e à renda por parte de pessoas trans e travestis. Em primeiro lugar, analisa-se como o Estado opera sob um dispositivo de cisgeneridade que hierarquiza e viola a vida das pessoas trans. Em seguida, descreve a responsabilidade do Estado brasileiro em garantir o acesso ao trabalho e à renda como direitos básicos, e como essa garantia é frequentemente negada à comunidade transgênera. Essas violações podem ser entendidas como danos sociais que afetam a vida dessas pessoas, uma compreensão que vai além dos limites do ordenamento jurídico e da relação de violência entre particulares. Conclui que, diante da complexidade das violências enfrentadas por pessoas trans e travestis ao longo de suas vidas, é necessária uma interpretação abrangente sobre os danos sociais, colocando as ações e omissões do Estado no centro da discussão sobre reparação e responsabilização.

Em *A regulação normativa de trabalho, emprego e renda para pessoas trans em Belém/PA (2009-2023) - uma (im)possibilidade legislativa?*, de Paulo Henrique Araújo da Silva e Breno Baía Magalhães, ambos da Universidade Federal do Pará, objetiva-se analisar, entre os anos de 2009 e 2023, de que maneira o Poder Legislativo do município de Belém/PA normatizou questões referentes a trabalho, emprego e renda das pessoas transgêneras. Para tanto, utilizou-se o método indutivo aplicado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento de dados nos sítios eletrônicos municipais oficiais encontrou que, sobre o tema, Belém/PA possui uma lei sancionada pelo Poder Executivo e seis projetos de lei apresentados à Câmara Municipal de Belém. A partir da análise dos dados coletados, a pesquisa levantou três pontos de discussão que parecem ser determinantes para compreender as estratégias e os entraves da construção normativa municipal sobre o tema: a) a consideração de trabalho, emprego e renda como ferramentas de promoção da cidadania; b) a atuação da Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis na análise das medidas contempladas pela análise

dessa pesquisa; c) as estratégias utilizadas pelos agentes parlamentares para iniciar as discussões legislativas sobre determinado tema no plano municipal.

O artigo de Gabriela Gonçalves Cabral, da Universidade Federal do Pará, intitulado *Os sonhos de pessoas trans no estado do Pará: a liberdade ou a capacidade de se autodeterminar* analisa as respostas de pessoas trans entrevistadas pelo projeto “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará”, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ/UFPA) com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT). O objetivo é identificar os maiores desejos profissionais e sonhos dessa população. Inicialmente, a pesquisa apresenta o perfil dos entrevistados e, em seguida, expõe as respostas às perguntas: “Qual seu maior desejo profissional?” e “Qual seu maior sonho de vida?”. O estudo também aborda o significado de “sonho” para definir seu uso neste contexto. A partir de uma análise de conteúdo, o objetivo é mostrar que a análise das experiências de sofrimento e injustiças vividas pela população trans no Brasil requer a escuta empática de suas narrativas, compreendendo demandas materiais, como moradia, e simbólicas, como o reconhecimento social. A principal contribuição é demonstrar que é possível estudar a alienação do mercado de trabalho vivida pelas pessoas trans a partir de seus próprios relatos, evidenciando as raízes sociais desse fenômeno e como ele impacta de forma ambivalente a formação de sua vontade e liberdade.

Em *Empoderamento e Resistência: a construção da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Geração de renda e Educação para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social*, Cecilia Froemming e Symmy Larrat, da Secretaria Nacional LGBTQIA+ do Ministério de Direitos Humanos, apresentam o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda voltada para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. De acordo com Froemming e Larrat (2024), publicada em fevereiro de 2024 (Portaria nº 88 de 27 de fevereiro de 2024), essa estratégia, coordenada pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas

LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, representa uma política social pública reivindicada pela sociedade civil e fundamental para a promoção do reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIA+. O enfoque da política está na garantia da integração dessas pessoas no mercado de trabalho, na educação e na geração de renda, visando a autonomia, o empoderamento e a emancipação.

Agenda 2030, Instituto Mulheres da Amazônia e a empregabilidade transvestigênero: debates e correlações, artigo de Jonadson Souza, Bruna Aguiar, Wanilza Gama e Eliana Franco Teixeira, da Universidade Federal do Pará, aborda o tema da empregabilidade das mulheres trans e a invisibilidade se instala em virtude da interseccionalidade da temática. Com o propósito de realizar uma pesquisa exploratória o problema da pesquisa é: A agenda 2030 em sua configuração atual abrange as mulheres transvestigêneres? E como problema específico tem-se: Em que medida os critérios do eixo 8 (oito) a Agenda 21/2030 das mulheres da Amazônia está lidando com a questão da empregabilidade trans? O objetivo da pesquisa é o de realizar um estudo exploratório, a fim de criar uma familiaridade das temáticas da empregabilidade das mulheres e das mulheres trans, considerando a empregabilidade transvestigênero, a Agenda 2030 e as atividades do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA). O método aplicado foi o dedutivo, partindo dos compromissos das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 e 8 e das realidades das mulheres e das mulheres trans. Os resultados mostram que: os ODS's foram pensados para o binário de gênero homem/mulher; O IMA não indica informações de seus projetos no site, mas sabe-se que é um porta-voz de demandas que envolvem a temática do gênero; o IMA elaborou dois projetos com Associação das Travestis e Transexuais do Acre, mas estes não foram executados por falta de recurso.

O dossiê deixa algumas lacunas temáticas que lançam luz a uma agenda de pesquisa onde se faz pertinente fomentar análises que avaliem iniciativas de diversidade, equidade, inclusão e pertencimento (DI, DEI, DEIP) no mundo corporativo produzidas na correlação com organizações de ativismo e/ou organismos internacionais;

aproximação dos estudos da sexualidade e gênero à chamada “sociologia do trabalho”; e as discussões e estudos sobre “diversidade e inclusão” precisam também refletir de modo crítico os limites da “inclusão” no ambiente laboral e as estratégias do “homonacionalismo de mercado” (PUAR, 2017) na produção de identidades e subjetividades normalizadas e reguladas aos moldes neoliberais. Desejamos uma excelente leitura!

Referências

- ALMEIDA, D.; TOMAZ DE SOUZA, L. ; LOURINHO BOUTH , C. A falta de trabalho e renda da população transexual e travesti como danos sociais: reflexões sobre a omissão e a responsabilidade do Estado. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. I.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18418>. Acesso em: 22 out. 2024.
- ALMEIDA, G. da S. et al. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. **Coelho MTAD, Sampaio LLP, organizadoras. Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA**, p. 187-200, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.
- ARAÚJO DA SILVA, P. H.; BAÍA MAGALHÃES, B. A regulação normativa de trabalho, emprego e renda para pessoas trans em Belém/PA (2009-2023): uma (im)possibilidade legislativa?. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. I.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18427>. Acesso em: 22 out. 2024.
- FELIPPE, A.; ALMEIDA, C. D. de . Um mapa do percurso analítico bibliométrico: o trabalho de venezuelanos LGBTQIAP+ no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. I.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18424>. Acesso em: 22 out. 2024.
- FROEMMING, C.; LARRAT, S. . Empoderamento e Resistência: a construção da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Geração de renda e Educação para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos da**

Homocultura, [S. l.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18477>. Acesso em: 22 out. 2024.

GOMES DE JESUS, J. (2023). Covid-19 e o novo anormal: intersecções da pandemia com LGBTIfobia. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, 5(17), 84–93. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2022.17.14750>

GOMES DE JESUS, J. et al. (2024). **Ciência e Arte do encontro: o Rio de braços abertos**. Campina Grande: Realize eventos, 2024. <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/ciencia-e-arte-do-encontro-o-rio-de-bracos-abertos>

GONÇALVES CABRAL, G. Os sonhos de pessoas trans no estado do Pará: a liberdade ou a capacidade de se autodeterminar. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18420>. Acesso em: 22 out. 2024.

IRINEU, B. Andrade; GOMES DE JESUS, J. (2023). Covid-19 e população LGBTI+ no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, 5(17), 4–6. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2022.17.14807>

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. Um Balanço das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia, Ano**, v. 8, 2020.

MELLO, Luiz et al. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 44, n. 1, p. 132-160, 2013.

MICHIKO TEISCHMANN, K. ; ANDRADE IRINEU, B. Análise das percepções de lojistas e comerciantes de Mato Grosso acerca da (não) contratação de pessoas trans. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18478>. Acesso em: 22 out. 2024.

PUAR, Jasbir K. **The right to maim: Debility, capacity, disability**. Duke University Press, 2017.

SOUZA, J. ; AGUIAR, B.; GAMA, W.; FRANCO TEIXEIRA , E. Agenda 2030, Instituto Mulheres da Amazônia e a empregabilidade transvestigênero : debates e correlações. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18415>. Acesso em: 22 out. 2024.

SPECK FEIJÓ, A. P.; COSTA RIBEIRO, P. R. Empregabilidade LGBTQIA+: problematizações sobre iniciativas de in/exclusão no mercado de trabalho . **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.J, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18392>. Acesso em: 22 out. 2024.